

Epistemologia e educação em Turismo: Ensino superior português

Epistemology and **education** in tourism: Portuguese **higher education**

MANUEL SALGADO * [manuelsalgado@ipg.pt]

FERNANDO LEMOS ** [fflemos@ispgaya.pt]

CARLOS COSTA *** [ccosta@ua.pt]

JOÃO SILVA **** [silva@ualg.pt]

Resumo | O objetivo deste artigo é interpretar uma parte do fenómeno do turismo que ainda não estará totalmente esclarecida, a natureza da sua epistemologia. Esta questão tem grande influência nas abordagens científicas, educativas e curriculares no ensino superior português. A matriz teórica constitui uma reflexão para considerar o atual estatuto epistemológico, a estrutura científica e a organização educativa em Turismo, com o intuito de interpretar a incidência do(s) paradigma(s) vigente(s) na constituição das escolas de Turismo e dos seus projetos educativos. Para este efeito, a investigação empírica procura sistematizar dados secundários acerca da realidade do ensino superior português, com o objetivo de demonstrar a importância desta área de estudo após uma evolução de 30 anos com vista a caracterizar o estatuto científico alcançado pela emergente área científica de Turismo. Na sequência desta análise pode-se concluir sobre o seu gradual reconhecimento em termos epistemológicos, científicos e educativos no ensino superior, nomeadamente em Portugal. A área científica fundamental identificada nos cursos é maioritariamente a de Turismo e Lazer ou somente Turismo. Porém, é importante destacar uma certa diversidade de áreas científicas consideradas fundamentais nos planos de estudos, que revelam as diferentes abordagens e Escolas nas quais os cursos são ministrados.

Palavra-chave | Turismologia, educação em turismo, ensino superior, áreas científicas fundamentais

Abstract | The purpose of this article is interpret a part of the tourism phenomenon that is not yet fully revealed, their epistemology nature. This question has a great influence on the scientific, educational

* **Doutor em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Professor Adjunto** no Instituto Politécnico da Guarda e **Membro** da UDI/IPG, do GITUR e do GOVCOOP.

** **Doutorando em Turismo** pela Universidade de Aveiro. **Professor Adjunto** do Instituto Politécnico Gaya e **Membro** do GOVCOOP.

*** **Doutor em Turismo** pela Universidade de Surrey. **Professor Catedrático** na Universidade de Aveiro e **Membro** do GOVCOOP.

**** **Doutor em Economia** pela Universidade Técnica de Lisboa. **Professor Catedrático** na Universidade do Algarve.

and curricular approaches in Portuguese higher education. The theoretical matrix is the analysis of the current epistemological status, the scientific structure and the educational organization in Tourism, in order to interpret the incidence of the current paradigm (s) in the composition of Tourism schools and their educational projects. For this purpose, the empirical research seeks to systematize secondary data about the reality of Portuguese higher education, with the objective of demonstrate the importance of this study area after an evolution of 30 years, in order to characterize the scientific status reached by the emerging scientific area of Tourism. Following this analysis, we can conclude on its gradual recognition in epistemological, scientific and educational in higher education, namely in Portugal. The basic scientific area identified in courses is mostly Tourism and Leisure or just Tourism. However, it is important to highlight a certain diversity of scientific areas considered fundamental in the curricula, which reveal the different approaches and Schools in which the courses are taught.

Keywords | Tourismology, tourism education, higher education, fundamental scientific areas

1. Introdução

A compreensão do fenómeno turístico pressupõe uma reflexão profunda sobre a evolução e o posicionamento crítico no conhecimento científico, especificamente na epistemologia do Turismo, de acordo com Netto e Nechar (2016). De facto, estes autores assumem que o conhecimento avança com revisões e refutações das suas teorias e abordagens sobre o que, na realidade, significa o turismo para as sociedades em cada época. Assim, a importância de compreender a ciência no Turismo e, em consequência, de poder formar melhor os recursos humanos, nas mais diversas áreas do turismo, com competências para contribuir para um turismo mais humanizado, ético e sustentável, que constitui uma exigência de um sistema educativo e científico desenvolvido e aberto à permanente adaptação ao sistema do turismo.

As instituições de ensino superior (IES) portuguesas têm investido significativamente no ensino do Turismo, durante os últimos 30 anos. A diversidade de abordagens educativas tem sido uma característica dos Estudos do Turismo, que conduziram à profusão das designações dos cursos, refletindo vários modelos de estruturação científica e de organização curricular e educativa. Neste con-

texto, o presente estudo tem por objetivo analisar a epistemologia e a organização científica e educativa predominante em Turismo através da realização de um estudo empírico sobre os curricula dos cursos da rede nacional.

A estrutura teórica deste artigo assenta na interpretação da epistemologia do Turismo e da sua natureza científica e educacional (secção 2). No seguimento apresenta-se a metodologia (secção 3) com vista à recolha de dados sobre o enquadramento científico e a abordagem educativa seguida nos cursos em Turismo. A evolução do Turismo em Portugal (secção 4), é também enquadrada com alguns dados das vagas do regime geral de ingresso, que caracterizam esta evolução de 30 anos, para compreender a sua importância relativa atual na oferta formativa global. No seguimento pesquisa-se sobre as áreas científicas fundamentais (ACF) destes cursos para refletir sobre o enquadramento epistemológico e educacional no Turismo.

2. Epistemologia do Turismo

A epistemologia pode ser assumida como ramo da filosofia que investiga a origem, estrutura, mé-

todos e validação do conhecimento, que pode incidir sobre qualquer objeto de estudo, no nosso caso é o turismo. Reconhece-se que se trata de uma área do conhecimento com características peculiares no contexto escolar, em parte associadas à complexidade do fenómeno turístico, que deverão ser integradas de modo a contribuir para uma perspectiva e abordagem holísticas, de modo a permitir um equacionamento objetivo do seu campo epistemológico e, conseqüentemente, a melhor definição científica e contextualização escolar. O turismo foi evoluindo espontaneamente nas economias e sociedades, entre outros domínios, e chegou a uma situação em que se exige compreender e definir a sua posição epistemológica através de um estudo metódico e reflexivo sobre o conhecimento produzido em torno do fenómeno turístico, de modo a permitir a afirmação da Turismologia.

Segundo Salgado e Costa (2016), a compreensão dos Estudos do Turismo, em termos da essência científica e académica, é importante para a comunidade académica portuguesa, principalmente porque os vários *stakeholders* precisam de garantir a consolidação do sistema de ensino neste domínio. O modelo que permite a interpretação e a viabilidade da Turismologia deve estar de acordo com a complexidade do sistema do turismo e também responder, de forma adequada, ao seu estudo e ensino numa ótica multidisciplinar.

Netto e Nechar (2016, p. 21) evidenciam que a ciência tradicional do turismo se tem caracterizado pelo positifuncionalismo, que constitui uma visão restritiva de novas formas de abordagens, de estudo e de investigação. Os objetivos maiores do turismo, tais como a geração de empregos, o combate à pobreza, o desenvolvimento regional, o respeito pela cultura local e identidades, a valorização e preservação dos patrimónios, uma economia justa e equitativa, entre outros, são esquecidos e dificilmente atingidos. Para um novo sentido no estudo e investigação do turismo, a perspectiva crítica tem validade para a produção de conhecimentos e a práxis quotidiana, com intervenção

nas suas atividades e organização, pois aborda as condições de crise, complexidade e multidimensionalidade das comunidades nas quais se implanta o turismo. Nesse sentido, entre algumas tarefas básicas dessa perspectiva crítica em turismo pode destacar-se a necessidade de, designadamente: a) Aprofundar a compreensão dos fenómenos turísticos em sua contextualização social e transversalidade disciplinar (Netto & Nechar, 2016: 23).

A contextualização teórica sobre o fenómeno turístico também pressupõe a compreensão da sua epistemologia. De facto, depois do grande crescimento económico do setor de viagens e turismo, a nível mundial, verifica-se uma crescente preocupação de investigadores por um melhor entendimento do Turismo como ciência, designadamente Leiper (1981, 2000), Jovicic (1988), Jafari (1990, 2005), Tribe (1997, 2000 e 2006), Beni (1998), Netto (2005), Nechar e Cortés (2006), Netto e Nechar (2016), Taillon (2014), Esteban, Cetin e Antonovica (2015) e Salgado e Costa (2007, 2011, 2016).

A utilização do vocábulo turismo deve ser precisa, nomeadamente quando se refere ao objeto de estudos, porque se registam duas correntes divergentes no campo epistemológico, que se expõem de seguida. De facto, Leiper (2000, pp. 805-809) e Tribe (2000, pp. 809-813) personalizam este debate a nível de epistemologia e trocam argumentos em defesa das suas posições, na tentativa de fundamentar a sua perspectiva sobre o estatuto científico e disciplinar do Turismo. Leiper reconhece que as disciplinas manifestam diferentes atributos em cada uma das suas fases até à sua afirmação definida. Perante este processo de maturação considera que uma disciplina é um corpo de conhecimentos que é organizado em certa extensão de forma sistemática, idealmente para ajudar no ensino, na aprendizagem e na investigação (2000: 807). Leiper também faz questão de lembrar que este debate sobre os estudos do turismo é similar ao da própria indústria turística. Contrapondo essa perspectiva, Tribe escreve dois artigos provocatórios: *The Indiscipline of Tourism* (1997) e *In-*

disciplined and Unsubstantiated (2000). Este último surge em resposta ao artigo de Leiper – *An Emerging Discipline* (2000). De acordo com Tribe, epistemologicamente, o turismo não é uma disciplina mas sim um domínio de conhecimentos que se socorre de um determinado número de disciplinas para investigar e explicar as suas áreas de interesse. O turismo abarca muitos aspetos do Homem e da sociedade, logo o seu conhecimento assume um carácter multidisciplinar. O campo multidisciplinar do Turismo consolida-se como um campo de pesquisa académica e possui uma comunidade académica diversa, que é constituída por estudiosos de várias disciplinas.

Tribe (2006) analisa o nível de congruência entre o mundo teórico do turismo (modelo do conhecimento) e o seu mundo de fenómenos, adotando uma abordagem construtivista para conceptualizar e analisar o seu campo de conhecimentos, que se enquadra entre ambos. Os cinco fatores operantes no seu campo de conhecimentos são as pessoas, as regras, a posição, os fins e a ideologia. A revisão de literatura permite expor como essas forças contribuem para a dupla seletividade na criação do conhecimento. Tribe acredita que a verdade completa sobre o turismo ainda não está revelada, o que resulta em lacunas, silêncios e lapsos.

Porém, Jovicic (1988) defende o estabelecimento da *tourismology* como a ciência do Turismo e argumenta que este estudo, por se tratar de um fenómeno complexo, não pode ser adequadamente feito por apenas uma qualquer disciplina. Sugere ainda que as disciplinas tradicionais falham quando se pretende circunscrever a noção do todo, numa tentativa de explicar a sua natureza apenas através de aspetos particulares. A observação de elementos, independentemente do todo, resulta em erros de definição do turismo, como fenómeno apenas económico, geográfico ou sociológico. De acordo com Jovicic, apenas o surgimento de uma disciplina autónoma, como a Turismologia, permitiria o desenvolvimento de uma teoria integrada do Turismo, o que facilitaria a integração dos estudos

especializados que acontecem nas diversas disciplinas. Segundo Jovicic (1988), a criação de uma teoria do turismo irá passar, necessariamente, por um estudo da sua epistemologia com base na fenomenologia, como por exemplo no estudo de Netto (2005).

Netto (2005) parece não aceitar as declarações radicais mencionadas por Tribe, de que o turismo não será uma disciplina científica. Na verdade, quando alguém faz estas afirmações no campo epistemológico parece ser uma afirmação demasiado audaciosa. Em Netto (2005) encontra-se uma importante reflexão sobre as bases epistemológicas do turismo, na qual são identificados três grupos de autores que tentam explicar o turismo na sua configuração teórica. Netto e Nechar (2016, p. 31) referem Popper (2003, p. 42), que diz “deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico”. Assim,

o conhecimento, ao ver de Popper, é de natureza provisória – e permanentemente de natureza provisória. Em nenhum momento há condições para demonstrar que aquilo que sabemos é verdadeiro e é sempre possível que o sabido se revele falso,

pelo que o artigo de Tribe “*the indiscipline of tourism*” pode revelar um defeito do investigador nesta assunção de Popper. O desenvolvimento da ciência deve ser visto com base na histórica da ciência, para o qual os estudos de Kuhn (1996) são fundamentais porque mostram como a ciência avança em saltos, ruturas, e muda também a forma de agir e pensar dos cientistas. De facto, torna-se necessário conhecer as escolas epistemológicas do turismo (Netto & Nechar, 2016, p.25), o que não é tarefa fácil devido à pluralidade de abordagens dos vários investigadores (Salgado & Costa, 2016).

Também numa defesa de integração, Queirós (2014, p. 116) considera importante a hermenêutica da paisagem cultural na sua aplicação ao estudo do *corpus* do turismo e da atividade turística,

com o intuito de explorar os conceitos de rota e de circuito turísticos, que baseiam-se

na necessidade de utilizar uma metodologia científica inter e pluridisciplinar para organizar e guiar a visita ao território, que permite ler e interpretar as suas paisagens culturais, o património material e imaterial da paisagem humanizada. São as rotas e circuitos, integradas nas paisagens culturais e nos seus destinos turísticos, que geram as principais mais-valias, mas não são as estruturas que organizam essas rotas e circuitos, os museus, monumentos e parques, a recolher os maiores valores; a renda do turismo é recolhida externamente nas já referidas cadeias de valor.

De facto, o turismo tem sido estudado como uma atividade económica, a partir dos seus produtos e das suas empresas. A questão primordial é, assim, recolocada (porque viajam as pessoas e para quê?), tendo por base a matriz criada pela Organização Mundial de Turismo a partir de um modelo concetual que assenta nos produtos e serviços oferecidos pelo mercado e no que parece ser a motivação e finalidade dos diversos segmentos turísticos, composto pelas categorias e atividades apresentadas na Conta Satélite do Turismo (Queiros, 2014, p.116).

Esteban et al. (2015, p.3) postulam a necessidade da conjugação de outras disciplinas como Sociologia, Economia, Antropologia, Psicologia, Administração e Geografia, entre outras, a fim de estabelecer uma base epistemológica holística do Turismo. O estudo do fenómeno do turismo requer uma abordagem multidisciplinar e pela sua natureza não se deve assumir uma análise unilateral de uma qualquer ciência social. Neste contexto (Esteban et al., 2015), o rápido desenvolvimento do turismo, nas últimas cinco décadas, num ambiente muito dinâmico e criativo, mostra-nos que

os períodos são mais curtos e as novas ideias são muito dinâmicas; que a tendência está a evoluir a partir de uma perspetiva disciplinar para uma perspetiva multidisciplinar e com uma abordagem holística do fenómeno turístico. Assim, os investigadores de turismo devem não só compreender as perspetivas no âmbito da sua disciplina de origem, mas também devem ser capazes de compreender abordagens de outras disciplinas para serem capazes de abordar questões relacionadas no âmbito do sistema do turismo. Neste âmbito, os autores do presente artigo postulam que é necessário ser crítico em turismo como sendo uma proposta epistemológica, pois o conhecimento exige tudo o que se sabe sobre o turismo.

3. Metodologia

A nossa indagação neste artigo está suportada na revisão crítica da literatura com o intuito de conhecer o “estado da arte” acerca do Turismo como área de conhecimento científico, pois nenhum estudo começa de novo mas apoia-se em outros já realizados (Pizam, 1994, p. 93). A partir deste conhecimento procura-se responder sobre a autonomia científica e o corpo do conhecimento do Turismo e suas implicações nas escolas, quer de pensamento quer nas edificadas, que se projetam em diversas práticas curriculares e educativas nos cursos superiores em Portugal.

A diversidade de disciplinas que contribui para os Estudos do Turismo, como área científica (AC), reflete também a variedade das qualificações académicas e das experiências de trabalho dos educadores. Como resultado, os currículos assumem o carácter de determinado especialista da faculdade ou da escola. Muitos cursos no Turismo têm a vocação mais vincada nas escolas de Economia e Gestão ou a sua fundação nas Ciências Sociais, porém, é cada vez mais evidente a afirmação de escolas de Turismo. Salienta-se, assim, a diversidade

de tipologias de IES onde são ministrados estes cursos, refletindo diferentes orientações filosóficas. Os cursos superiores em análise, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, estão distribuídos e organizados por áreas científicas de educação e formação (Diário da República, 2005). A Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) inclui uma área geral designada por Serviços (8), que inclui os Serviços Pessoais (81), nomeadamente as áreas de Hotelaria e Restauração (811) e de Turismo e Lazer (812). Existem ainda cursos do Turismo na área denominada Gestão e Administração (345) e Marketing e Publicidade (342).

A metodologia tem por objetivo a recolha de dados secundários sobre o enquadramento científico e a abordagem educativa seguida nos cursos em Turismo. Assim, analisa-se a evolução do Turismo nos 30 anos de existência em Portugal, sendo enquadrada com alguns dados principais (vagas), que permitem compreender a sua importância atual na oferta formativa do ensino superior em Portugal. Em termos objetivos, consulta-se sobre as ACF destes cursos (peso de mais de 25% de ECTS do plano de estudos respetivo) para permitir refletir sobre o “verdadeiro” enquadramento epistemológico e educacional no Turismo. Assim, enquadra-se os 3 ciclos de estudos por localização (região NUT II), subsistema (Ensino Politéc-

nico ou Universitário), propriedade (IES pública ou Privada), área CNAEF do curso, n.º de AC, primeira e eventual segunda área fundamentais (planos de estudos), AC predominante (ACP) e código área CNAEF (guiões da A3ES), e ainda n.º de ECTS. Para além da análise estatística descritiva, considera-se que a partir da comparação de algumas variáveis torna-se possível verificar sobre a existência de congruência entre critérios de afetação científica.

4. Resultados

No âmbito da oferta formativa do Turismo apresenta-se uma série estatística (figura 1), que sistematiza dados relativos ao indicador vagas, com o intuito de interpretar a evolução e a importância do Turismo ao longo dos 30 anos de existência. Esta análise quantitativa traduz a oferta atual de vagas de 68 licenciaturas, sendo relevante referir que foram aprovadas mais 3 em 2016/17. É uma análise que revela um novo crescimento nesta variável no ensino do Turismo depois do decréscimo a partir de 2010-11. Esta oferta de cursos de 1º ciclo corresponde a um total de 2806 vagas, sendo maioritário (59%) no setor público com 1642 vagas (figura 1).

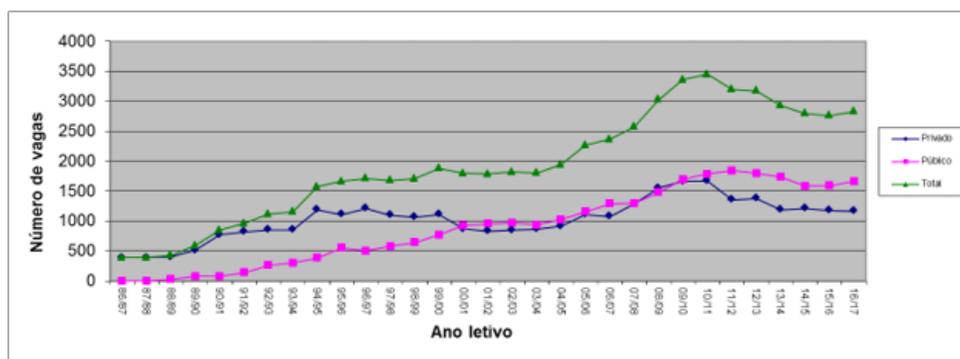


Figura 1 | Vagas do Turismo no ensino superior português

Da sistematização de informação secundária acerca do sistema de ensino superior (2016-17) constata-se que as 68 licenciaturas (1º ciclo) da área do Turismo são implementadas no subsistema universitário (16) e no politécnico (52), logo o ensino politécnico é maioritário. Refere-se que neste universo há 8 cursos de ensino politécnico e público que são lecionados em regime pós-laboral, em simultâneo com o diurno, e 2 cursos dividem-se em 2 ramos (Gestão Turística e Hoteleira - ramos de Gestão Turística ou de Gestão Hoteleira; Gestão Turística (ramo Gestão de Empresas Turísticas ou Gestão de Produtos Turísticos).

Neste estudo são contabilizadas 38 unidades orgânicas (UO) de IES com formação em Turismo. No referente à localização dos cursos, indica-se que 30% estão situados na região Norte, 30% no Centro, 27,1% na de Lisboa, 4,3% no Alentejo e no Algarve, 2,9 na Madeira e 1,4 nos Açores. A sua propriedade é maioritariamente pública com 45 cursos (66%) e 23 são privados. Estes cursos estão enquadrados nas seguintes áreas da CNAEF: 48 em Turismo e Lazer (70%); 12 em Hotelaria e Restauração; 7 em Gestão e Administração; 1 em Marketing e Publicidade.

Uma premissa importante é analisar, também, a coerência entre as áreas CNAEF e as ACF dos cursos, e averiguar a possível correspondência entre ambas. Assim, verifica-se a existência de licenciaturas em que a primeira AC fundamental (ACF) se mostra adequada ao critério CNAEF ou em parte similar (812 - Turismo e Lazer (19), pode incluir Turismo (10) ou Estudos do Turismo (2), 811 - Hotelaria e Restauração (8), 345 - Gestão e Administração (6), Gestão (6) 342 - Marketing e Publicidade (1)), existem outras AC em que as discrepâncias são notórias. Atente-se, por exemplo, na existência de cursos com ACF com nomes de grupos de áreas 31 - Ciências Sociais e do Comportamento" (1), 34 - Ciências Empresariais (1), 81 - Serviços Pessoais (1), ou ainda outras designações diversas: Técnicas e Tecnologias de Aplicação (6 numa UO), Gestão Empresarial (2), Turismo e

Património (1), Ciências Sociais e Humanas (1). Refira-se ainda que 3 cursos não possuem ACF e da licenciatura da Universidade Católica não foi possível obter dados. Nas licenciaturas há registo de 15 cursos com uma segunda AC que, regra geral, está relacionada com uma certa especialização visada pela formação. A nível das licenciaturas regista-se uma ocorrência média de 8,78 AC, sendo o valor máximo 15 (Gestão Hoteleira na ESTH-IPG) e 4 o mínimo (Gastronomia na ESEC-IPC). As diferenças de número de AC são consideráveis entre cursos de 1º ciclo e, em parte, representa as muitas possibilidades de contributos científicos de diferentes áreas que podem contribuir para um conhecimento multidisciplinar no Turismo.

A análise dos guiões dos cursos da A3ES permitiu constatar que há igualdade entre ACF e ACP em 40 licenciaturas, em 10 refere-se a igualdade nas duas AC, em 8 há desigualdade e nas restantes 9 existe correspondência parcial das designações de AC. A maioria das licenciaturas (74%) regista concordância entre ACF e ACP, porém as restantes merecem uma análise crítica mais detalhada por falta desta correspondência, sobretudo as 8 licenciaturas em que há divergência entre estes dois tipos de AC. A análise dos guiões da A3ES também permitiu verificar se a ACP é adequada ao código indicado na CNAEF e regista-se que em 26 casos há adequação entre a designação da área e o respetivo código, em 21 casos há uma adequação parcial e noutros 20 casos há mesmo desadequação do código indicado para a ACP, facto que exige a compreensão das razões para a verificação destas inconformidades, pois dever-se-ia cumprir com rigor a tabela estabelecida com os códigos da listagem da CNAEF.

Relativamente aos 2ºs ciclos (mestrados) no Turismo, regista-se que estão aprovados 38 a nível nacional, sendo que 6 deles possuem ramos de especialização. Verifica-se também uma tendência mais ampla desta oferta no setor público (87%), bem como no subsistema politécnico (64%). A região Centro regista 12 cursos (32%) e a de Lisboa

10 (26%). As áreas CNAEF identificadas apresentam uma tendência mais representativa na área de Turismo e Lazer com 30 cursos (79%), existindo 6 cursos nas áreas de Hotelaria e Restauração (16%), 1 na Gestão e Administração (3%) e 1 na Marketing e Publicidade (3%). No conjunto dos mestrados verifica-se uma média de 4,5 AC, sendo que 2 é o mínimo (Gestão do Turismo – IPCA e IPP) e 8 o máximo em Gestão Turística (ESTG do IPV). Neste nível de educação também se observam algumas incongruências entre as áreas CNAEF e as ACF, como sejam os casos de Técnicas e Tecnologias de Aplicação, Ciências da Alimentação e Saúde, Património Cultural, Ciências Sociais e Humanas, Geografia, Economia, Biologia/Gestão, as quais não correspondem de todo à classificação da área principal do ciclo de estudos, de acordo com a CNAEF. O que se constata, por um lado, é a diversidade e interdisciplinaridade existente na área do Turismo mas, ao mesmo tempo, uma certa dificuldade em compreender os fundamentos e os métodos necessários à produção do conhecimento científico específico e mais adequado nesta área, que supõe uma perspetiva multidisciplinar centrada no fenómeno turístico.

No que concerne ao 3º ciclo (doutoramentos), a oferta é de 4 cursos (3 em universidades públicas e 1 numa privada - parceria com o ISCTE). Este grau académico permite a construção de conhecimento científico na área do Turismo, permitindo-o robustecer com publicações de teses e a sua defesa pública, apoiando a evolução da epistemologia e da educação desta área do conhecimento. Concomitantemente ao registado nos cursos de 1º e 2º ciclos, também os programas doutorais corroboram a existência de ACF diferenciadas (Turismo e Lazer, Turismo, Gestão e Planeamento e Ordenamento Turístico), porém todos os cursos estão enquadrados na área 812 - Turismo e Lazer. Analisados os guiões da A3ES, verifica-se outro desajuste em 2 casos nas ACP, pois à ACF de Turismo e Lazer corresponde a ACP de Ciências Empresariais, bem como a ACF de Planeamento e Ordena-

mento Turístico corresponde a ACP de Turismo. Ao analisar os códigos CNAEF volta-se a verificar incongruências em 3 casos, pelo que se conclui sobre a diversidade e desajustes de âmbito científico também em doutoramento.

5. Conclusão

A interpretação do atual paradigma dominante nos Estudos de Turismo, como se confirma a partir da revisão da literatura, com base na argumentação de vários autores marcantes, ajuda a suportar a confirmação da Turismologia como disciplina científica autónoma, que requer, constantemente, a necessidade de estudar e de fazer progredir o seu corpo de conhecimento e, paralelamente, o desenvolvimento dos seus pressupostos científicos e da educação em Turismo, com base numa comunidade articulada em redes nacionais e internacionais, para contribuir para a discussão e evolução do Turismo. Este processo evolutivo permite a progressiva justificação da sua maturidade como ciência e a necessária justificação social, científica e educacional com vista ao reconhecimento da Turismologia como a designação consensualizada deste campo científico, em particular na Língua Portuguesa. Uma importante contribuição recente para essa discussão foi a criação do *Journal of Tourismology*, uma revista internacional que visa o avanço da teoria do turismo e do seu reconhecimento como disciplina científica. De acordo com esta publicação recente, Turismologia respeita a artigos no domínio de viagens e turismo, bem como aos trabalhos inter e multidisciplinares neste domínio, para incluir o conhecimento do turismo e as contribuições multidisciplinares e, assim, compreender inteiramente este fenómeno nas suas diversas dimensões.

A ausência de uma política de educação rigorosa para o ensino do Turismo, no ensino superior em Portugal, é incompatível com a importância e

o peso correspondente da atividade económica no país e nas suas regiões (Salgado, 2007). A este respeito, considera-se que a importância da investigação sobre a educação em Turismo, que pode ter lugar na academia portuguesa, é sublinhada especialmente a partir do diagnóstico da realidade nacional para estabelecer algumas diretrizes que permitam uma melhor coordenação e interação entre os intervenientes existentes. Neste contexto, é defendido o Observatório Nacional de Educação em Turismo (ONET), que pretende ser uma ferramenta para recolher, organizar e disseminar conhecimentos relevantes para o sector do turismo, de modo a contribuir para fortalecer a ligação entre os sistemas de educação e formação e o mercado de trabalho correspondente a nível nacional. Assume-se, assim, a complexidade da formação em Turismo e a desconexão percebida entre várias partes interessadas; como tal, este estudo tenta esclarecer a situação atual no Turismo, a fim de sugerir caminhos para aumentar a eficiência deste sistema no espaço geográfico de Portugal e, progressivamente projetá-lo a nível lusófono, designadamente com o projeto da Rede de Investigação e Educação em Turismo na Lusofonia (RIETL).

A desigualdade constatada de abordagens de ACF dos cursos superiores da área do Turismo, realizadas nas diversas IES, traduz uma certa multiplicidade de correntes educacionais que influem também no reconhecimento e progresso científicos deste ramo do conhecimento. Esta reflexão será, assim, oportuna para introduzir processos de validação e reconhecimento da epistemologia própria do Turismo, que permitam argumentar sobre a oportunidade de estabelecimento desta disciplina na academia portuguesa, o que supõe uma maior consensualização do paradigma dominante na sua comunidade científica, que se pretende apoiar num ajustamento de uma variável central de natureza científica, que são as ACF dos cursos. Assim, através desta análise das ACF dos vários cursos, nos 3 ciclos de estudos do ensino superior, é preciso tirar ilações objetivas e sugerir um modelo que seja

consensualizado e uniforme para as IES com cursos na área do Turismo. Como se constatou, as IES que enquadram os cursos nas áreas 812 - Turismo e Lazer (29%), 811 - Hotelaria e Restauração (12%), 345 - Gestão e Administração (9%) e 342 - Marketing e Publicidade (1,5%) cumprem uma classificação de referência europeia, pelo que poderia ser oportuno também os restantes cursos assumirem este padrão da CNAEF, bem como as entidades de supervisão e acreditação, com vista a promover a comparabilidade dos currícula e das estruturas científicas dos cursos. Se este modelo for promovido, poder-se-ia estimular a maior organização em rede das IES a nível regional e nacional, bem como internacional e, assim, contribuir para a sustentabilidade e competitividade da rede de IES do ensino do Turismo.

Contudo, e não obstante as dificuldades inerentes à evolução da epistemologia em qualquer área de conhecimento, revela-se crucial a existência de investigação mais especializada em educação, de modo a criticar programas curriculares e práticas escolares desenvolvidas nas IES e, assim, permitir sugerir novos enfoques promitentes para o fenómeno do turismo, de forma a poder compreender-se a natureza científica, os currícula no ensino superior e profissional, de acordo com as mudanças rápidas que ocorrem, constantemente, as novas opções educativas que vão surgindo, o que implica a necessidade de instituir padrões que facilitem uma melhor organização e articulação de todas as partes envolvidas, no sentido da criação de um "corpo" de conhecimento na área do Turismo, que promova o estabelecimento de uma essência científica mais adequada e compreensível no âmbito dos cursos.

Agradecimentos

Este estudo foi possível pela informação disponibilizada por diversos diretores de cursos relativa aos planos de estudos dos cursos.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto referência nº: UID/GES/04470/2016.

Referências

- Andrade, P. (2008). A sociologia cultural-artística dos jardins. In J. E. Franco & A. C. C. Gomes (Coord.), *Jardins do Mundo – discursos e práticas* (pp. 481-487). Funchal: Gradiva.
- Almeida, M. N. G. F. (2003). *Os jardins históricos e o seu valor turístico. Proposta de um percurso no noroeste de Portugal*. Relatório de Licenciatura, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Assunção, P. (2008). Jardins, Arquitectura e Turismo. In J. E. Franco & A. C. C. Gomes (Coord.), *Jardins do Mundo – discursos e práticas* (pp. 309-322). Lisboa: Gradiva.
- Bale, J. (1999). Parks and Gardens: Metaphors for the Modern Places of Sport. In D. Crouch (Ed.), *Leisure/tourism geographies: practices and geographical knowledge*, Chapter 4 (pp. 46-58). New York: Routledge.
- Ballantyne, R., Packer, J., & Hughes, K. (2008). Environmental awareness, interests and motives of botanic gardens visitors: implications for interpretative practice. *Tourism Management*, 29, 429-444. DOI: 10.1016/j.tourman.2007.05.006
- Bauer-Krösbacher, C., & Payer, H. (2012). *Profiling the garden heritage tourist*. Acedido em 01 de junho de 2015, em www.southeast-europe.net/
- Blandignères, M. & Racine, M. (2002). *Le tourisme de jardins en France: panorama de l'offre*. Paris: AFIT.
- Connell, J. (2002). *A critical analysis of gardens as a resource for tourism and recreation in the UK*. PhD Thesis, University of Plymouth, Plymouth, UK.
- Connell, J. (2004). The purest of human pleasures: the characteristics and motivations of garden visitors in Great Britain. *Tourism Management*, 25(2), 229-247. DOI: 10.1016/j.tourman.2003.09.021
- Doolittle, W. (2004). Gardens are us, we are nature: Transcending antiquity and modernity. *The Geographical Review*, 94(3), 391-404. DOI: 10.1111/j.1931-0846.2004.tb00179.x
- Fox, D. (2006). The influence of social and material agents on garden visiting in England. *Progressing Tourism Research* (Unpublished paper). Exter: University of Exter.
- Fox, D. (2007). Understanding garden visitors: the affordances of a leisure environment. PhD Thesis, Bournemouth University, Poole, UK.
- Fox, D., & Edwards, J. (2008). Managing Gardens. In A. Fyall, B. Garrod, A. Leask & S. Wanhill (Eds.), *Managing Visitor Attractions*, Chapter 13 (pp. 217-236). Oxford: New Direction, Butterworth Heinemann.
- Francis, M., & Hester R. T. (1990). *The meaning of gardens*. Cambridge: MIT Press.
- Gallagher, J. (1983). *Visiting historic gardens. A report on contemporary garden visiting and its literature*. Leeds Polytechnic, Leeds, UK.
- Gnoth, J. (1997). Tourism motivation and expectation formation. *Annals of Tourism Research*, 24(2), 283-304. DOI: 10.1016/S0160-7383(97)80002-3
- Gómez Martín, M. B. (2005). Weather, Climate and Tourism. A Geographical Perspective. *Annals of Tourism Research*, 32(3), 571-591. DOI: 10.1016/j.annals.2004.08.004
- Gumunchian, H. & Marois, C. (2000). *Initiation à la recherche en géographie – Aménagement, développement territorial, environnement*. Paris: Anthropos.
- Hájek, T., Svobodová, K., & Majerová, S. (2010). Principles for designing tour routes in a historic garden and park. *Journal of Landscape Studies*, 3, 191-201.
- Hall, C. M. & Page, S. J. (2006). *The geography of tourism and recreation: environment, place and space*. London: Routledge.
- Iwi/Brunner, M. P., Mahlberg, B. & Schneider, H. W. (2009). "Historische Gärten" – Das touristische Potential von historischen Gärten unter besonderer Berücksichtigung der Österreichischen Bundesgärten. Wien: Industiewissenschaftliches Institut/ Bundesministeriums für Wirtschaft, Familie und Jugend.
- Karaşah, B. & Var, M. (2013). Recreational functions of botanical gardens and examining sample of Nezahat Gökyiğit Botanical Garden. *International Caucasian Forestry Symposium* (pp. 803-809). Turquia: Artvin University.
- Kimber, C. T. (2004). Gardens and Dwelling: People in Vernacular Gardens. *The Geographical Review*, 94(3), 263-283. DOI: 10.1111/j.1931-0846.2004.tb00173.x

- Kukla, A. (2009). *Niederösterreichs Landesgartenschau 2008 als gartentouristisches Ausflugsziel – Eine Analyse der Konsumentenstruktur der „Garten Tulln“Besucher unter besonderer Berücksichtigung der Besucherzufriedenheit*. Magistra Thesis, Universität Wien, Wien, Austria.
- Lazzaro, C. (1990). *The Italian Renaissance Garden*. New Haven and London: Yale University Press.
- Longhurst, R. (2006). Plots, plants and paradoxes: contemporary domestic gardens in Aotearoa/New Zealand. *Social & Cultural Geography*, 7(4), 581-593. DOI: 10.1080/14649360600825729
- Magalhães, C. M. (2012). De jardim em jardim: itinerário histórico pelas paisagens culturais brasileiras. *Cultura Histórica & Património*, 1(1), 108-130.
- Nord/Lb Regionalwirtschaft (2002). *Das Gartenreich Dessau-Wörlitz als Wirtschaftsfaktor, Grundlagen für eine Marketingkonzeption* (Vol. 6). Hannover/Magdeburg: Tourismus Studien Sachsen-Anhalt.
- Sharpley, R. (2006). *Travel and Tourism*. London: Sage Publications.
- Tipples, R. & Gibbons, P. (1992). Garden Visiting – Twentieth Century Local Tourism in Canterbury. *Horticulture in New Zealand*, 3(2), 29-34.
- Ward, C. D., Parker, C. M. & Shackleton, C. M. (2010). The use and appreciation of botanical gardens as urban green spaces in South Africa. *Urban Forestry and Urban Greening*, 9(1), 49-55. DOI: 10.1016/j.ufug.2009.11.001
- Wilson, M. (2009). Climate change and garden tourism. *Tourism Insights – Sharing sector expertise, analysis and intelligence*, 18(7), unpaginated.